

Área Temática: Gestão Socioambiental

Evidenciação da distribuição de valores gerados ao pessoal, ao governo e as sobras aos cooperados com base na Demonstração do Valor Adicionado (DVA) de Cooperativa de Crédito no período de 2008 a 2010

AUTORES

PATRÍCIA SCHNEIDER SEVERO

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)
patricia_severo@sicredi.com.br

JOÃO EDUARDO PRUDÊNCIO TINOCO

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
tinocojoao@uol.com.br

GEOVANA ZIMMERMANN LOS

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
gzlos@hotmail.com

JOAO CLEBER DE SOUZA LOPES

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
joacleber@farrapo.com.br

MARIANO YOSHITAKE

Faculdades Alves Faria - ALFA
kimimarinamariano@gmail.com

Resumo

Este artigo propôs-se a analisar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) sob a abordagem da distribuição de valores gerados ao pessoal, ao governo e de sobras aos cooperados no contexto do Balanço Social, divulgado por uma instituição do terceiro setor – cooperativa de crédito – aos seus parceiros sociais. Neste sentido, evidencia o valor distribuído ao pessoal e a carga tributária a que é acometida, bem como a repartição da riqueza gerada junto aos cooperados. Quanto aos meios de investigação usou-se de um estudo exploratório, de natureza qualitativa, realizado mediante pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso, e buscou-se analisar a DVA como instrumento de geração e de distribuição de riquezas em Sociedades Cooperativas em três relatórios anuais publicados, nos exercícios 2008, 2009 e 2010. Como resultado da pesquisa constatou-se que a instituição está imbuída do propósito de tornar públicas e transparentes a geração e distribuição do valor adicionado e sua forma de distribuição de riqueza aos seus parceiros. Constatou-se participação relevante na distribuição aos colaboradores, que ficaram em média com 65% do valor distribuído, seguindo-se com cerca de 13% a título de sobras aos cooperados, no período analisado.

Palavras-chave: Sociedades Cooperativas. Balanço Social. Demonstração do Valor Adicionado.

Abstract

The purpose of this article is to analyze the Statement of Value Added (SVA) approach from the perspective of the distribution of values generated to the staff, the government and the generated surplus in the context of the Social Balance, published by an institution of the third sector – to credit union - their social partners. In this sense, it shows the amount distributed to staff and the tax burden that is involved, as well as the distribution of wealth generated from the members. As to the means used to research an exploratory, qualitative study was conducted through bibliographical research and case study, and it was sought to analyze the SVA as a tool for generation and distribution of wealth in Cooperative Societies in three reports published annually in the years 2008, 2009 and 2010. As a result of the research it was found that the institution is imbued with the purpose of making public and transparent the generation and distribution of value added and its distribution of wealth to their partners. It was very clear the relevant participation in the distribution of wealth to employees, who on average 65% of the amount distributed, followed by about 13% by way of surplus to members, in the period under analysis.

Key-words: Cooperative. Social Balance. Statement of Value Added.

1. Introdução

A economia é dividida em três setores, sendo o primeiro setor constituído pelo governo, o segundo setor por instituições privadas com fins lucrativos, e o terceiro setor por instituições privadas com objetivos públicos, mas sem fins lucrativos, tais como as cooperativas. Estas entidades (organizações) surgiram no século XIX, na Europa, mas hoje se espalham por todo o mundo, como instrumento de organização econômica da sociedade, com a caracterização de ajuda mútua através da cooperação e da parceria. Possuem valores éticos arraigados no humanismo, na solidariedade, na justiça social, na liberdade, na democracia, na participação e na responsabilidade.

Neste contexto, as cooperativas de crédito, objeto deste artigo prestam serviços financeiros à comunidade onde estão inseridas, semelhantes às instituições bancárias, mas com o diferencial de custos e taxas menores e de distribuição de riqueza na própria localidade, ou seja, os recursos aplicados pelos cooperados são transformados em empréstimos com taxas menores, principalmente crédito rural, a outros associados da mesma cooperativa.

A escolha do tema e da elaboração da questão desta pesquisa são correlatos à necessidade do relacionamento de maneira responsável e na forma de se contribuir com a sociedade em que se vive, com uma postura responsável que reflete a consciência cooperativa e a cidadania empresarial, especialmente às organizações do terceiro setor, as quais devem buscar o seu lugar como agentes de desenvolvimento.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), um dos componentes integrantes do Balanço Social, proporciona às organizações do terceiro setor, a oportunidade de interagir com o meio onde estão inseridas, através de sua elaboração e evidenciação do valor adicionado gerado, bem como sua forma de distribuição aos seus agentes geradores de riqueza.

1.1. Problema de Pesquisa e Objetivo

O artigo busca evidenciar, através da Demonstração do Valor Adicionado, os desafios enfrentados à harmonização dos interesses coletivos em prol do desenvolvimento, principalmente sob a ótica da distribuição de valor ao pessoal, aos governos mediante impostos e das sobras aos cooperados, divulgado por uma instituição do terceiro setor – cooperativa de crédito – aos seus parceiros sociais.

O problema de pesquisa é: Qual o impacto das distribuições ao pessoal – por gastos com o pessoal e outros benefícios concedidos- e aos governos por impostos pagos por uma Cooperativa de Crédito em relação ao valor adicionado distribuído aos seus cooperados?

2. Revisão Bibliográfica

2.1 Os três setores da economia

Inicialmente, faz-se necessário destacar as diferenças e particularidades entre os setores da economia, ou seja, onde começam e onde terminam as áreas de atuação do primeiro, do segundo e do terceiro setor. Neste sentido, Araújo (2006), explica que os três setores são distintos, fazem a movimentação da economia e trabalham à evolução da sociedade, sendo o primeiro setor o Estado possui órgãos e entidades que atuam nas áreas políticas, administrativas, econômica e financeira. Este setor é responsável pela instituição e dinamização de uma ordem jurídica, pela resolução dos conflitos sociais por meio da aplicação das normas instituídas e pela administração dos bens públicos para atender às necessidades da coletividade; o autor ressalta que o segundo setor é constituído pelas

empresas privadas, as quais visam o lucro e Ioschpe (1997) complementa que o terceiro setor é constituído por instituições sem fins lucrativos que a partir do âmbito privado perseguem propósitos de interesses públicos.

Oliveira (2008) argumenta que de acordo com a Constituição de 1988, artigo 3º, os objetivos fundamentais do Estado são: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos e quaisquer formas de discriminação.

Para Nanus (2000), cada setor tem suas responsabilidades e as organizações do terceiro setor existem para melhorar a vida dos indivíduos, com maximização dos bens sociais que elas produzem à sociedade e às pessoas que dela participam. Já, segundo Oliveira (2008) o Estado não consegue cumprir totalmente com a sua função social e o Terceiro Setor apóia para promoção dos direitos sociais em conjunto com o primeiro setor.

Para Passador (2002), no Brasil, cresce o entendimento de que uma política de desenvolvimento social precisa da participação de outros parceiros além do Estado, isto é, na sociedade, constituída por empresas privadas e pelo terceiro setor. Este setor é criado e mantido por pessoas que acreditam que mudanças são necessárias e que desejam tomar providências nesse sentido. Além disso, têm duas características principais: ao contrário de organizações do setor privado, não distribuem lucros a seus proprietários e, diferente das organizações do setor público, não estão sujeitas a controle político direto.

Quanto às principais características do terceiro setor, Hudson (1999) considera que sejam reconhecidas pelo objetivo social, pela independência do Estado e pelo reinvestimento dos recursos aferidos na própria comunidade, desta forma, expõe que estas organizações necessitam de gerar sobras – superávit - para repor seu capital e financiar novas atividades, não somente para crescerem, mas, sobretudo, para atenderem as demandas de seus usuários. É importante ressaltar o papel desempenhado pelas organizações do terceiro setor, visto que a efetividade das ações sociais desempenhadas, com a busca pelos benefícios coletivos públicos, auxilia o Estado no cumprimento de seus deveres, evitando assim a desigualdade, bem como a inserção de pessoas no mercado de trabalho.

Com referência as atividades que desempenham Olak (2010) explicita que podem ser de caráter beneficente, filantrópico e caritativo, de assistência à saúde, religiosas, de caráter educacional, esportivo, associações de classe, entidades sindicais ou, ainda, sociedades cooperativas, objeto de estudo deste artigo.

2.2 Modelo de agregação de renda: cooperativismo de crédito

O cooperativismo é um instrumento de organização econômica da sociedade, criado na Europa no século XIX, caracterizando-se pela ajuda mútua através da cooperação e da parceria. Plockboy (1659) e John Bellers (1690) foram seus precursores que incentivaram grupos econômicos a se organizarem em cooperativas, com o objetivo de reduzir as despesas, eliminar os lucros dos intermediários e interferências de terceiros, Pagnussatt (2004). Observe-se que segundo Yoshitake *et al.* (2010) no século XV, quando do descobrimento da América, foram constatadas formas bem definidas de cooperação nas civilizações Asteca, Maia e Inca, onde viviam em regime de verdadeira ajuda mútua.

Numa aproximação da gênese das cooperativas Schardong (2002) evidenciou que o principal ensejo foi a reação dos operários e camponeses à grave situação de exploração, durante a primeira fase da Revolução Industrial, quando o liberalismo era desfavorável a qualquer forma de associação profissional que visasse à defesa dos interesses de classe.

A Inglaterra, berço da Revolução Industrial, foi também o berço do cooperativismo através de vinte e sete tecelões e uma tecelã que, junto a outros profissionais, iniciaram a

história do cooperativismo quando, em 1844, reuniram-se no bairro de Rochdale, em Manchester e organizaram uma cooperativa de consumo bem sucedida, que se chamou “Sociedade dos Probos” Pioneiros de Rochdale.

Na América Latina, somente em 1902, o cooperativismo de crédito teve início, na localidade de Linha Imperial, Município de Nova Petrópolis - Rio Grande do Sul, pelas mãos do padre suíço, o jesuíta Theodor Amstad, sendo que o ideal do cooperativismo puro tinha mais de meio século de aplicação prática quando chegou ao Brasil. O lançamento ocorreu em uma reunião na Sociedade de Agricultores de Nova Petrópolis, a idéia de organização de uma Caixa de Crédito Rural nos moldes das Caixas Raiffeisen, idealizadas por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, da Alemanha, Oliveira (1979).

Para Lopes (2011) a qualidade da resposta concebida pela cooperativa está na diferenciação das empresas ou sociedades comerciais tradicionais. Na cooperativa, os benefícios da atividade econômica devem ser descentralizados em favor dos associados, por serem eles os próprios financiadores, administradores e controladores do empreendimento cooperativo, abre-se a possibilidade de combinar o desenvolvimento coletivo e individual, algo dissociado no caso das relações entre empregador e empregado. Nesse caso, o desenvolvimento coletivo não é revertido em benefícios crescentes individuais, mas em favor de todos sob a forma de sobras. Além de serem os responsáveis diretos pela cooperativa, cada associado tem igual direito à participação na gestão independente do capital investido no empreendimento, diferentemente do que ocorre no caso das sociedades por ações.

Fagundes, Damke e Kroetz (2005) expuseram que as Sociedades Cooperativas poderão ter por objeto qualquer tipo de serviço, operação ou atividade e um de seus objetivos é a eliminação do intermediário. Além disso, não visam o lucro, mas a proporcionarem maiores sobras aos seus associados. Ademais, ao contribuem com a organização da estrutura social e econômica do País, almejam um desenvolvimento mais democrático, igualitário e humano, tendo como base a cidadania, focado às pessoas, no autodesenvolvimento e no autogerenciamento, sem oferecer riscos a terceiros, pois geram suas sobras e prejuízos pelo rateio, decidido democraticamente.

O cooperativismo de crédito, ramo específico do cooperativismo tem por objetivo promover a captação de recursos financeiros das atividades econômicas, às pessoas que se associam nas cooperativas, a fim de executar a administração dos valores captados e prestar serviços de natureza bancária (SCHARDONG, 2002).

Pagnussatt (2004) evidencia que as cooperativas de crédito, em relação à natureza jurídica, são sociedades de pessoas, com estrutura própria, de natureza civil, constituídas com o objetivo de prestar serviços financeiros aos seus cooperados, em benefício comum, baseada em valores como igualdade, equidade, solidariedade, democracia e responsabilidade social. Partindo do pressuposto, considera-se que a sociedade cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais em comum, por meio de uma empresa de propriedade conjunta e de gestão partilhada e democrática, visando atender as demandas de seus parceiros sociais, por mais serviços, créditos, produtos, bens agrícolas, alimentos, etc.

Fagundes *et al.* (2008), reforçam que o cooperativismo de crédito tem como premissa a concessão de empréstimos individuais baseados em poupança coletiva, na promoção da educação econômica e financeira dos seus associados e no estabelecimento da poupança sistemática. Sendo que se equipara à prestação de serviços bancários, mas com o diferencial que os recursos captados pelas cooperativas de crédito são aplicados no seu local de origem, a custos e taxas menores, proporciona aumento da produção e atende aos fins sociais decididos pelos associados, com base nos interesses comunitários.

2.3 A Contabilidade Social como Instrumento de Evidenciação das Ações Empresariais

A Contabilidade pode e deve estar sempre em plena sintonia com seus mais variados usuários. Prontamente, a ampliação dos estudos científicos acerca dessa área tão importante no sistema econômico deve ser incentivada e valorizada. A razão da existência da Contabilidade Social é descrita por Santos (2005, p. 17): “A contabilidade social ou nacional tem como principal objetivo o fornecimento de informações que possam auxiliar na constituição de base para a tomada de decisão por parte dos gestores governamentais”.

Baó e Ransan (2012) em artigo publicado relativo indicadores do Balanço Social relativos a uma cooperativa de crédito localizada em Santa Catarina consideram que os benefícios gerados pela Contabilidade Social são inúmeros e necessários aos usuários externos e internos, pois têm como desígnio apresentar com clareza as demonstrações realizadas nas áreas sociais das organizações aos parceiros sociais.

Para Cunha e Ribeiro (2007), perceber a contabilidade como instrumento de informação confere a ela o desafio de pôr à disposição de seus usuários informações que retratem as relações das empresas com a sociedade, neste sentido, o Balanço Social se apresenta como o instrumento capaz de evidenciar aspectos econômicos, sociais e ambientais constituindo-se em demonstrativo relevante para aferição dessas relações.

Segundo Tinoco (2010) a França foi o país pioneiro a implantar o Balanço Social com a Lei no 77.769, de 12 de julho de 1977. Referida Lei foi posta em prática pela primeira vez em 1979, submetendo a publicação do Balanço Social por empresas que possuíam 300 ou mais funcionários. Todavia, desde a década de 60 o Balanço Social já era elaborado nesse país por várias empresas, por reconhecer institucionalmente a importância dos trabalhadores como usuários da informação contábil e social.

No Brasil, a importância do Balanço Social na literatura contábil e no mundo empresarial foi encetada principalmente por João Eduardo Prudêncio Tinoco, em 1984, que elaborou o primeiro estudo do gênero no país, se refere à Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, conforme Mazzioni (2005).

As empresas buscam constantemente a adequação ao meio em que estão inseridas e o atendimento as demandas da sociedade, a qual exige a preocupação com as questões socioambientais, trata-se de uma mudança de gestão que vem ocorrendo há algumas décadas e já se faz imprescindível para muitas instituições. Santos (2008, p. 247) considera que “Realizar o Balanço Social significa uma grande contribuição para consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática”. Sendo um instrumento que reporta à coletividade as ações de cunho socioambiental, contudo essa demonstração ainda não é obrigatória no Brasil,

Tinoco (2010) ressalta que hoje, por meio da Lei no 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a DVA foi inserida como uma demonstração obrigatória e faz parte do rol das demonstrações financeiras exigidas pela Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para as companhias de capital aberto. O artigo 188 desta Lei foi alterado, passando a descrever qual deve ser o conteúdo mínimo da DVA, que deve conter o valor da riqueza gerada pela companhia, sua distribuição entre os elementos que contribuíram para sua geração, tais como colaboradores, acionistas, governo e outros, e a parcela da riqueza não-distribuída.

Conceitualmente, a DVA é uma das peças do Balanço Social, todavia, tem vida própria e é apresentada em conjunto com as outras demonstrações contábeis usuais. Para Iudícibus *et al.* (2010) a DVA tem como propósito a transparência da contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico-social da região onde está instalada e deve discriminar o que a empresa agrega e distribui a riqueza à economia local.

Para Moraes (2008) as características constitutivas da DVA são: o fornecimento de informações que demonstrem a geração de riqueza da empresa e seus efeitos sobre a

sociedade que está inserida e a transparência do valor adicionado em cada um dos fatores de produção e seu destino, como por exemplo, o dispêndio na remuneração e benefícios dos empregados; a geração de tributos ao governo; a remuneração do capital de terceiros através de juros e aluguéis e a remuneração dos acionistas através da distribuição de lucros e retenções.

A DVA contempla com elementos a gestão da organização e seus *stakeholders*, subsidia com informações para análises de investimentos, concessões de empréstimos, avaliação de subsídios ou definições na instalação de projetos com repercussão social. Sendo que a elaboração da DVA parte do DRE (Demonstração de Resultado do Exercício), sendo o enfoque da DVA a contribuição dos agentes econômicos para a agregação de valor, já o DRE visa apurar e evidenciar o lucro para suprir as necessidades dos acionistas, Santos (2008).

Neste sentido, Tinoco e al (2011) explicitam que a noção de valor adicionado é empregada em macroeconomia como elemento da Contabilidade Nacional. O valor adicionado bruto ou agregado (VAB) significa que para exercer sua atividade toda empresa deve buscar no mercado bens e serviços, com isso, agrega valor pela operação de transformação, pois, são utilizados equipamentos e outros ativos fixos, bem como matérias-primas, insumos, mão-de-obra, para produzir outros bens e serviços, os quais serão vendidos posteriormente. Este conceito pode ser equacionado da seguinte forma: $Vendas - Compras = Valor Adicionado Bruto (VAB)$.

Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007) consideram que a presença da demonstração do valor adicionado na estrutura no Balanço Social é relevante à medida que particulariza indicadores para construção de análises variadas, tanto de caráter interno (para fins gerenciais) quanto externo. Através da DVA é possível a verificação de informações econômicas e sociais das instituições, de maneira a evidenciar como os resultados foram obtidos e como eles foram dirigidos em benefício da sociedade, observando-se de que forma essa riqueza gerada foi distribuída entre os elementos que contribuíram para sua geração, Moraes (2008).

2.4 O Balanço Social e a DVA nas Sociedades Cooperativas

Para Mazzioni, Tinoco e Oliveira (2007) em instituições comunitárias e públicas, cujo patrimônio pertence à comunidade, torna-se imperativa a transparência na publicação de elementos que informem ao público interessado a quantidade de recursos captados e qual sua destinação. São exemplos as instituições em que não há a presença de proprietários específicos, tais como as fundações e as cooperativas.

Santos (2008) esclarece que nas Sociedades Cooperativas o Balanço Social é semelhante ao das entidades em geral, por exemplo, informa via Balanço de Recursos Humanos, o que faz pelos funcionários e pela comunidade – através da Prestação de Serviços à Comunidade, apresenta o valor que tem agregado em seu processo produtivo, pela DVA, e finalmente com o Balanço Ambiental reflete a interação com o Meio Ambiente. Sendo que o Balanço Social, nas Sociedades Cooperativas, possui a função de esclarecer as ações, a fim de valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da comunidade.

Fagundes, Damke e Kroetz (2005) argumentam que a DVA é útil dentro do contexto sócio-econômico onde as cooperativas estão inseridas, pois os dados possibilitam evidenciar a real contribuição da entidade para o processo de formação de riqueza à sociedade em geral. Desta forma, é possível analisar e evidenciar as riquezas geradas, comparando-as com as demais rubricas integrantes das demonstrações contábeis, tais como a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e o Balanço Patrimonial.

Neste sentido, (MARTINS, 1997, p. A-3) expôs que:

DVA é uma explanação de como a empresa criou riquezas (valor de suas vendas de bens e serviços deduzidos dos bens e serviços adquiridos de terceiros) e como a distribuiu entre: fornecedores de capital, recursos humanos e governo. Vê-se, então, à parte da riqueza criada que cabe aos primeiros na forma de financiadores (via juros e aluguéis), de sócios (via dividendos e lucros retidos) e de detentores de tecnologia (via *royalties*); aos de recursos humanos via seus salários, gratificações, honorários, participações nos resultados etc. e, finalmente, ao governo via impostos, diretos e indiretos. Extraordinária forma de ver a função social da empresa, além de qual a sua parcela na criação da riqueza global do País, o PIB, em vez de só dar tanta ênfase à linha final da demonstração do resultado tradicional, de interesse exclusivo dos proprietários.

No entanto, é importante ressaltar que a DVA não pode ser confundida com a Demonstração do Resultado do Exercício e nem com o *Economic Value Added* (EVA). Neste sentido, Oliveira *et al.* (2002) afirmam que a DVA é elaborada através de dados provenientes da Contabilidade Financeira, logo, oriundos de registros efetuados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, que podem ser obtidos a partir da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), mas jamais poderá ser confundida com ela.

Para o Ibase (2011) o balanço social nas cooperativas é um meio para que as ações internas e externas sejam transparentes e conhecidas pela sociedade. Ao tornar públicas suas ações e seus investimentos os quais devem estar de acordo com os princípios cooperativistas definidos pela Associação Cooperativa Internacional e pela Recomendação 193 da Organização Internacional do Trabalho, as cooperativas ajudam a restringir práticas do setor que não estejam de acordo com os princípios democráticos e distributivos característicos.

As cooperativas devem ter a oportunidade de tornarem públicas e transparentes suas ações internas e externas as quais devem se orientar pelos princípios cooperativistas tais como associação voluntária e aberta, controle democrático pelo cooperado, participação econômica do associado, autonomia e independência, educação, capacitação e informação, cooperação entre as cooperativas e interesse pela comunidade, Lopes (2011).

Fagundes, Damke e Kroetz (2005) conduzem que no cooperativismo existe a concretude de uma forma societária que se caracteriza pela efetivação das condutas baseadas na mutualidade e na valorização de um objeto comum, cuja finalidade é as pessoas integrantes da cooperativa. Neste sentido, os relatórios gerenciais devem traduzir, da forma mais clara possível, à realidade econômica e possibilitarem a gestão de custos e o processo decisório.

Santos (2008) esclarece que o Balanço Social para Sociedades Cooperativas deve ter uma apresentação geral do balanço e da cooperativa, deve transparecer o perfil organizacional e seus indicadores sociais, tais como, ética e transparência, impacto ambiental e ecologia, relações com a comunidade, com os cooperados e funcionários e seus familiares, com os fornecedores, clientes, consumidores finais e com os poderes públicos.

Para Fagundes *et al.* (2008), a análise da DVA abrange dados econômicos que podem proporcionar uma análise da contribuição da organização na economia do Município, Estado e País, pois apresenta os valores destinados em um determinado período para seus colaboradores, às administrações públicas, associados e, ainda, os investimentos no seu próprio desenvolvimento, que podem possibilitar geração de riqueza futura. Para os autores, o valor agregado ou adicionado é todo custo, despesa ou resultado, que proporcionará a continuidade na geração de riquezas à comunidade com a sua movimentação, tais como, os valores recebidos a título de remuneração pelo trabalho que podem ser utilizados pelos colaboradores na aquisição de bens e serviços, este movimento faz parte de um ciclo de geração de novas riquezas e de desenvolvimento da sociedade.

A seguir o modelo utilizado como estrutura-base na elaboração da DVA para Cooperativas:

DESCRIÇÃO	20X0	20X1
1. Ingressos e Receitas		
1.1. Ingressos brutos		
1.2. Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.3. Provisão para devedores duvidosos – R = Reversão/ (constituição)		
1.4. Não operacionais		
2. Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1. Matérias-primas consumidas		
2.2. Dispêndios e custos dos produtos e serviços vendidos		
2.3. Dispêndios e despesas gerais de manutenção e outros		
2.4. Perda/recuperação de valores ativos		
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4. Retenções		
4.1. Depreciação, amortização e exaustão		
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6. Valor adicionado recebido em transferência		
6.1. Resultado de equivalência patrimonial		
6.2. Receitas Financeiras		
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO¹		
8.1. Pessoal e encargos		
Salários e encargos sociais		
Honorários da diretoria		
Capacitação profissional		
8.2. Impostos, taxas e contribuições		
Federais		
Estaduais		
Municipais		
8.3. Financiadores		
Juros		
Aluguéis		
8.4. Juros sobre capital próprio e distribuição de sobras		
8.5. Sobras e lucros retidos		
Constituição de FATES		
Constituição de outras reservas		
Sobras à disposição da AGO		

Quadro 01 - A estrutura-base para elaboração da DVA para Sociedades Cooperativas

Fonte: Santos (2008, p. 49).

Observam-se algumas alterações na nomenclatura, em comparação com a DVA de entidades em geral, por exemplo, leva-se em consideração o Ato Cooperativo, neste caso, não se pode falar apenas em receitas de vendas e sim ingressos decorrentes do ato cooperativo.

De acordo com Fagundes, Damke e Kroetz (2005) a relevância e a transparência das informações de custos, evidenciadas na DVA, é um aspecto importante a ser apresentado na Assembleia Geral dos associados. Esta Assembleia é uma reunião, realizada normalmente

¹ Na distribuição do valor adicionado podem ser inseridos, dentro de cada item, outras aberturas, sendo inclusive recomendado, a fim de esclarecer com maiores informações.

uma vez ao ano, para prestação de contas da Cooperativa aos seus associados, os quais têm poder de voto quanto às matérias tratadas na ordem do dia.

São exemplos de pautas de Assembleias: prestação de contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior, compreendendo: o relatório da gestão; o balanço dos dois semestres do correspondente exercício; o demonstrativo das sobras; o parecer da auditoria e o parecer do Conselho Fiscal. Também são aprovadas: a destinação das sobras, autorização para o Conselho de Administração adquirir ou alienar bens imóveis de uso próprio da Cooperativa, a destinação dos recursos advindos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social e quaisquer outros assuntos de interesse do quadro social (caráter não deliberatório).

2.5 Entidades e órgãos regulamentares, fiscalizadores e estimuladores

Segundo Santos (2008) as Sociedades Cooperativas são norteadas, contabilmente, por diversas entidades e órgãos regulamentadores e fiscalizadores, tais como:

- a) a Lei 5.764/71, a qual define os aspectos das operações das sociedades cooperativas e seu tratamento contábil;
- b) Conselho Federal de Contabilidade (CFC), autarquia corporativista que objetiva orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil;
- c) legislação tributária, a qual prescreve normas que dizem como devem ser contabilizados os fatos contábeis que afetam a apuração dos tributos e facilitem a fiscalização por parte dos órgãos públicos;
- d) outros agentes regulamentadores: no caso de Cooperativas de Crédito é o Banco Central do Brasil que é um órgão fiscalizador e regulamentador específico, além disso, normatiza tanto o processo contábil quanto o plano de contas.
- e) SESCOOP, o qual recomenda práticas gerenciais e contábeis.

Sendo assim, o autor assevera que as Sociedades Cooperativas revelam peculiaridades ímpares em relação a outras formas de sociedade, pois se apresentam como entidades de dupla natureza, econômica e social. A primeira se dá pelo exercício de atividades econômico-financeiras que as conduzem ao alcance de sua outra função (razão de sua existência): a prestação de serviços aos associados. A Contabilidade apresenta-se, então, como meio de evidenciar os aspectos relacionados a essa dupla natureza, por se revelar a maneira como os recursos estão sendo alocados em benefícios dos associados (SANTOS, 2008).

A fiscalização, regulamentação e recomendação feita por diversas entidades e órgãos consideram que as demonstrações contábeis obrigatórias das sociedades cooperativas são: o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de sobras ou perdas, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, os quais devem prover informações à tomada de decisão e comunicar os fatos ocorridos aos seus usuários.

3. Metodologia

No decorrer do artigo procedeu-se à revisão da literatura sobre Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado (DVA), especificamente inseridos no ramo do cooperativismo de crédito a fim de atender ao objetivo de analisar a DVA no contexto do Balanço Social, divulgado por uma instituição do terceiro setor – cooperativa de crédito – aos seus parceiros sociais. Sendo que a elaboração e a publicação da DVA no Balanço Social devem proporcionar a oportunidade de tornarem públicas e transparentes a prestação de contas e o valor agregado à sociedade, os quais devem se orientar pelos princípios

cooperativistas, a fim de interagirem com o meio onde estão inseridas, possibilitando a contribuição ao bem-estar social e o desenvolvimento da sociedade.

Para tanto, a metodologia deste artigo buscou indicativos através de uma pesquisa de natureza aplicada, que Gil (2010) considera como uma pesquisa direcionada à obtenção de conhecimentos com vistas à aplicação em uma conjuntura específica, com objetivo exploratório e análises quantitativas e qualitativas.

O aspecto metodológico classifica a forma de abordagem do problema em pesquisa qualitativa. A classificação de pesquisa, por ser aplicada, apresenta a característica de gerar conhecimento para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos.

A pesquisa qualitativa proporciona melhor visão e compreensão do problema, segundo Malhotra *et al.* (2005). Neste sentido, a pesquisa desenvolvida é considerada de natureza aplicada, exploratória em que se utilizou de pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso, com análises qualitativas dos dados divulgados nas DVAs dos Balanços Sociais de 2008, 2009 e 2010, referentes às informações dos três exercícios anuais.

4. Análise dos Resultados

4.1 Análises das demonstrações de valor adicionado publicadas

As DVAs dos anos de 2008, 2009 e 2010 foram analisadas sob a ótica dos componentes de distribuição de valores mais representativos, mediante o uso de análise vertical. Quanto à análise vertical Assaf Neto (2010) explica que há um processo comparativo que é aplicado ao relacionar uma conta ou grupo de contas com um valor relacionado o qual é identificável no mesmo demonstrativo, sendo informados em porcentagem. Neste sentido, deve-se dispor de valores absolutos em forma vertical para apurar a participação relativa de cada item contábil no ativo, no passivo ou na demonstração de resultados.

Marion (2010) complementa que ao se considerar dados de um mesmo período ou de um mesmo ano e se realizar a divisão de uma grandeza por outra se tem a análise vertical. Iudícibus (2010) corrobora, ainda, que a análise vertical é relevante na medida em que avalia a estrutura de composição de itens e o seu desenvolvimento no tempo.

Tabela 01 – Demonstração do Valor Adicionado - em R\$ mil

GERAÇÃO DA RIQUEZA	2008	(%)	2009	(%)	2010	(%)
1. RECEITAS	43.071	100,00	51.076	100,00	56.323	100,00
1.1 Receitas da Intermediação Financeira	27.491	63,83	34.838	68,21	38.161	67,75
1.2 Receitas de Prestação de Serviços	4.868	11,30	6.209	12,16	7.322	13,00
1.3 Outras Receitas Operacionais	10.712	24,87	10.029	19,64	10.840	19,25
2. RECURSOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	28.920	100,00	34.614	100,00	34.316	100,00
2.1 Operações de Captação no Mercado	12.324	42,61	11.230	32,44	12.686	36,97
2.2 Operações de Empréstimos e Repasses	2.230	7,71	2.377	6,87	3.539	10,31
2.3 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	932	3,22	3.997	11,55	1.661	4,84
2.4 Despesas Administrativas	7.862	27,19	8.069	23,31	9.413	27,43
2.5 Outras Despesas Operacionais	5.572	19,27	8.941	25,83	7.017	20,45
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	14.151		16.462		22.007	
4. RETENÇÕES	717		841		988	
4.1 Depreciação e Exaustão	717		841		988	
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	13.434		15.621		21.019	
6. VALOR ADICIONADO TOTAL A	13.434		15.621		21.019	

DISTRIBUIR

DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

7. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	13.434	100,00	15.621	100,00	20.211	100,00
7.1 Pessoal e Encargos	9.156	68,16	9.936	63,61	12.920	63,93
7.2 Impostos, Taxas e Contribuições	335	2,49	347	2,22	444	2,20
7.3 Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	1.487	11,07	2.583	16,54	3.339	16,52
7.4 Juros sobre o Capital Próprio	1.037	7,72	641	4,10	776	3,84
7.5 Sobras a Disposição	1.419	10,56	2.114	13,53	2.732	13,52

Número de Colaboradores	220		233		255	
Riqueza Gerada por Colaborador	61,06		67,04		79,25	

Fonte: Adaptado pelos autores de Balanço Social Cooperativa (2008, 2009 e 2010).

Na Cooperativa de Crédito, a principal fonte de receitas é de intermediação financeira. A instituição capta recursos no mercado, de pessoas físicas e jurídicas e empresta aos seus associados em troca de juros. Estes associados, ao final do exercício, por possuírem participação no capital social investido na Cooperativa, ainda recebem uma parte do resultado sob a forma de juros sobre o capital próprio e sobras à disposição da assembleia. Sendo que a assembleia é soberana na decisão de distribuir proporcionalmente aos produtos, serviços, movimentações financeiras e capital investido por cada um dos membros da Cooperativa.

Ou seja, cada um recebe de acordo com o retorno que dá à Cooperativa no decorrer do exercício anterior, quanto maior o capital investido e utilização dos serviços prestados maior será o retorno financeiro. Além disso, a Cooperativa também recebe recursos repassados pelo Governo Federal e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e empresta aos associados, principalmente para o público rural, a juros subsidiados de 1,5 a 4% a.a., no caso de custeio, e 1 a 2% a.a. para investimento, ambos as linhas de Pronaf, entre outras com taxas mais elevadas como o PSI Rural, o Moderagro e o Moderfrota, com taxas de 5,5% a.a., todas muito aquém dos juros de crédito geral do mercado financeiro.

Neste contexto observa-se que o valor total das receitas obtidas pela Cooperativa evidencia uma tendência de alta, a partir das análises dos três últimos períodos, demonstrados no DVA, permitem avaliar o crescimento constante da representatividade e da importância econômica da instituição. Já o crescimento anual e a representatividade da folha de pagamento e o total de pessoas empregadas confirmam a relevância socioeconômica.

Os valores explicitados quando comparados os três últimos exercícios, permitem evidenciar o percentual de cada item em comparação ao total. Quanto às informações de natureza econômica, que representa a riqueza criada pela cooperativa e sua distribuição entre todos que contribuíram para sua geração, observa-se que a concentração está no item Pessoal, que envolve salários e encargos, em média 65% de toda a distribuição de valor adicionado.

Verifica-se que a DVA evidencia a contribuição da organização ao desenvolvimento econômico-social da região, pois em média 17% do valor retornam diretamente aos associados em forma de Juros sobre o Capital Próprio e de Sobras à Disposição da Assembleia. Com esta transparência da demonstração contábil, a Cooperativa discrimina o que agrega de riqueza à economia local e qual a forma de distribuição desta riqueza.

Estas análises feitas vão ao encontro da revisão bibliográfica transcorrida no decorrer do artigo, sobre as Sociedades Cooperativas e o modelo de agregação de renda para os associados e à comunidade, com efetiva transparência do perfil organizacional. De acordo com a bibliografia estudada os benefícios da atividade econômica devem ser descentralizados em favor dos associados, por serem eles os próprios financiadores, administradores e controladores do empreendimento cooperativo, abre-se a possibilidade de combinar o

desenvolvimento coletivo e individual, algo dissociado no caso das relações entre empregador e empregado.

Nesse caso, o desenvolvimento coletivo não é revertido em benefícios crescentes individuais, mas em favor de todos sob a forma de dividendos. Além de serem os responsáveis diretos pela cooperativa, cada associado têm igual direito à participação na gestão independente do capital investido no empreendimento, diferentemente do que ocorre no caso das sociedades por ações, LOPES (2011).

Como mencionado ao longo deste artigo, a DVA deve refletir de maneira clara e objetiva o valor que agregou ao longo do desenvolvimento das atividades no exercício social e sua distribuição entre os entes que contribuíram para sua criação. Os montantes dos valores adicionados expressos em valores nominais de cada ano alcançou em 2008, o montante de R\$ 13.434.000,00, em 2009 de R\$ 15.621.000,00 e em 2010 foi de R\$ 20.211.000,00. Estes números se comparados à quantidade de colaboradores, evidenciam que em 2008 cada colaborador gerou R\$ 61.006,000 de riqueza à Instituição, número que se incrementou ano a ano, pois em 2009, o valor foi de R\$ 67.004,00 e em 2010 chegou a R\$ 79.250,00.

Este aumento progressivo leva a crer que há otimização e aumento na qualidade do trabalho da equipe, pois o rendimento tem aumentado, gerando mais valor a distribuir aos associados que são os donos do negócio. O resultado é refletido nas sobras à disposição, que em 2008 foi de R\$ 1.419.000,00, em 2009, R\$ 2.114.000,00 e em 2010 R\$ 2.732.000,00.

Observa-se que em 2008, 2009 e 2010, através das remunerações, benefícios, participações e encargos, os colaboradores ocuparam nos três anos o primeiro lugar. Nesse mesmo período, os lucros retidos e o prejuízo do exercício ocupam o segundo lugar. Já as Sobras a Disposição ocupou o terceiro lugar. É destacada a atenção à diminuição dos valores de juros sobre o capital próprio que figuram em penúltimo lugar, com queda constante e pouca representatividade, pois em 2008, estava com 7,72%, em 2009, 4,10% e em 2010 apenas 3,84% do total da distribuição do valor adicionado. E por fim, Impostos, Taxas e Contribuições ocupam o último lugar, com média de 2,3%, o que traduz os incentivos governamentais, mas não se pode esquecer que os encargos da folha de pagamento já foram considerados no item pessoal e encargos.

Frente aos dados apresentados, através dos indicadores da DVA, é clara a comprovação da importância da descentralização dos dados para expressar a realidade de sua distribuição. É possível identificar a transparência das informações, sendo que os associados podem ter ciência de onde os recursos são distribuídos e qual parte efetivamente lhes cabe.

Ressalta-se, também, que o aumento na distribuição de riqueza gerada pela cooperativa aos seus colaboradores, demonstra a proeminência financeira e social na comunidade, pois, através dos salários e outros benefícios pagos aos funcionários, há geração de receita para outras empresas, pois estes demandam bens e serviços na própria comunidade onde está inserida a cooperativa e, também, há o recolhimento dos impostos ao governo.

Evidencie-se que o faturamento dessa instituição contribui na distribuição da riqueza gerada para o Estado frente aos entes que contribuíram para sua geração, ou seja, colaboradores, governo, associados e a comunidade onde está instalada.

5. Conclusão

O artigo como explicitado no seu objetivo procurou expandir o estudo de temas como a DVA inserida no Balanço Social, em instituições do terceiro setor como as cooperativas de crédito. Desta forma se propôs a observar o conjunto de dados apresentados nas DVAs publicadas nos Balanços Sociais de 2008, 2009 e 2010 e teve como escopo analisá-las sob a ótica de geração e distribuição do valor adicionado ao pessoal, ao governo e a distribuição de sobras aos cooperados no contexto do Balanço Social.

No entanto, o presente estudo não tem como objetivo definir conceitos ou padrões de distribuição de valores. A análise dos resultados tem pretensões apenas descritivas e exploratórias, não serve, pois, como constatações encontradas na amostra, uma vez que aqui se trata de uma cooperativa em análise, podendo ocorrer algum viés em razão da localidade, área de abrangência ou de outros sistemas cooperativos.

Portanto, os resultados aqui encontrados não podem ser extrapolados e muito menos generalizados. Sendo assim, o estudo limita-se a aplicação da pesquisa em uma Cooperativa de Crédito, a qual integra o setor de serviços financeiros e caracteriza-se pela forma de associação de pessoas que se reúnem para propiciar o atendimento das necessidades comuns e contribuir pro ativamente, através de uma atividade econômica.

Como foi exposto ao longo deste artigo, o Balanço Social é o instrumento que a Contabilidade colocou à disposição de seus usuários atendendo às exigências da sociedade por informações socioeconômicas que demonstrem o grau de responsabilidade e envolvimento social das empresas. Por meio da DVA consegue-se perceber como a riqueza criada foi distribuída aos agentes e quais deles ficaram com a maior parte dela, possibilitando, inclusive, avaliações sobre se esses são os agentes que mais colaboraram em sua criação.

Mais do que agregar valor aos produtos e aos serviços de uma organização, as diferentes maneiras de apoio ao terceiro setor garantem transparência ao relacionamento com todos os seus públicos de interesse. Visto que, além de estar presente na missão e nos valores do Sistema Cooperativo, é da natureza do negócio cooperar à construção de uma sociedade mais equilibrada e justa. Diante do exposto, fica evidente que a Cooperativa valoriza os colaboradores, associados e investe na comunidade em geral, além de deter muita atenção para elaboração das publicações anuais. Além disso, deve ser enfatizada a transparência, a responsabilidade nas informações e a disponibilização dos números.

Diante dos resultados encontrados e limitado as DVAs analisadas não se pode rejeitar a hipótese de que existem investimentos expressivos destinados aos colaboradores. Desta forma, este estudo tornou-se pertinente à medida que permitiu visualizar amplas dimensões e análises da DVA em uma cooperativa de crédito, em síntese, de acordo com o direcionamento da explanação no decorrer dos capítulos, considera-se que a questão de pesquisa foi respondida e os objetivos foram alcançados.

Indubitavelmente as instituições devem, cada vez mais, difundir a idéia e a prática regular da realização e da publicação da DVA no Balanço Social com estímulo à responsabilidade social. No entanto, muito ainda precisa ser estudado, pesquisado e realizado na prática para que este conceito gere resultados positivos para toda a sociedade.

Conclui-se que a DVA é mais que uma nova demonstração contábil que faz parte do Balanço Social; tem força própria, pois contém informações que, sozinhas, são conclusivas e bastante úteis. E, ainda, torna-se possível afirmar que os indicadores retirados dessa Demonstração se constituem num excelente avaliador da distribuição da riqueza, à disposição da Contabilidade e dos demais usuários externos.

Torna-se válido o registro da possibilidade de continuidade do trabalho, através de pesquisas futuras as quais podem ter abordagem direcionada a estudos de caso de balanços sociais publicados em cooperativas de outros países, estudos sobre a obrigatoriedade e regulamentação em Lei, para validação e comparação do modelo brasileiro com modelos internacionais, pois praticamente inexistem estudos sobre a DVA em instituições do terceiro setor. Essas questões, não menos complexas, por sua própria profundidade e relevância merecem uma discussão mais ampla de maneira a gerar novas pesquisas.

Referências

- ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BÁO, Deisi Dayane; RANSAN, Daiana. **Um estudo dos indicadores do Balanço Social numa Cooperativa de Crédito do Oeste do Estado de Santa Catarina**. Revista Eletrônica Saber Contábil, São Paulo, v. 2, n° 1, p.65-83, jan./abr. 2012.
- CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza. **Evolução e Estrutura do Balanço Social no Brasil e Países Selecionados: um Estudo Empírico**. Revista RAC-Eletrônica, São Paulo, v. 1, n° 2, art. 9, p. 136-152 – mai./ago. 2007.
- FAGUNDES, Jair Antonio; DAMKE, Claiton Jose; KROETZ, Cleber. **A Demonstração do Valor Adicionado – DVA como ferramenta para a análise Gerencial de Custos: aplicado em uma Cooperativa de Produção e uma cooperativa de Crédito**. In: IX CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS. Florianópolis, 2005. Anais...
- FAGUNDES, Jair Antonio; RODRIGUES, Marcos Rogério; CIUPAK, Clébia; ROSA, Laura Sabbado da. **A Demonstração do Valor Adicionado – DVA como fonte de informações gerenciais: Um estudo em uma cooperativa de crédito**. Revista ABCustos Associação Brasileira de Custos, São Paulo, v. III, n° 1, p. 87-101- jan./abr. 2008.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HUDSON, Mike. **Administrando Organizações do terceiro setor**. São Paulo: Makron Books, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Apresentação Institucional**. Disponível em <<http://www.balancosocial.org.br>> acesso em: 05 set. 2011.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Arioaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010.
- IOSCHPE, Evelyn et. al. **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LOPES, João Roberto. **Cooperativas e Responsabilidade Social**. IBASE. Disponível em <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=29>> acesso em: 05 set. 2011.
- MALHOTRA, Naresh K. et al. **Introdução à pesquisa de marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINS, E. **Balanço social - ideia que merece permanecer**. Gazeta Mercantil, São Paulo - SP, p. A-3, 18 set. 1997.
- MAZZIONI, Sady. **Delineamento de um modelo de balanço social para uma fundação universitária**. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau.

_____; TINOCO, João Eduardo Prudêncio; OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Proposta de um modelo de balanço social para fundações universitárias.** BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, São Leopoldo, v. 4, nº 3, p. 274-286, set./dez. 2007.

MORAES, Pérsio Belluomini. **Uso da demonstração do valor adicionado (DVA) como ferramenta de mensuração dos tributos de empresas selecionadas no Brasil.** 2008. 194 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Gestão de Negócios, Universidade Católica de Santos, Santos.

NANUS, Burt. **Liderança para o terceiro setor: estratégias de sucesso para organizações sem fins lucrativos.** São Paulo: Futura, 2000.

OLAK, Paulo Arnaldo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor).** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Nestor Braz de, **Cooperativismo Guia Prático.** Porto alegre, AGE Assessoria Gráfica e Editorial Ltda., 1979.

OLIVEIRA, M. C. et al. **Importância da demonstração do valor adicionado como instrumento de evidenciação da geração e da distribuição de riqueza das empresas.** In: Seminário de Responsabilidade Social e Ambiental, 2., 2002, Aquiraz-Ceará.

PAGNUSSATT, Alcenor. **Guia do Cooperativismo de Crédito Organização, governança e políticas cooperativas.** Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2004.

PASSADOR, Cláudia Souza. **A responsabilidade social no Brasil: uma questão em andamento.** In: VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, oct. 2002. Anais...

SANTOS, Ariovaldo dos. **A Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza.** Revista de Contabilidade Financeira, São Paulo, USP, n. 37, p. 7-23, jan.-abr. 2005.

_____. **Contabilidade das sociedades cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas.** São Paulo: Atlas, 2008.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de crédito: instrumento de organização econômica da sociedade.** Porto Alegre: Rigel, 2002.

SICREDI. **Balanço Social 2008 – Sicredi Alto Uruguai RS/SC.** Rodeio Bonito, 2009.

_____. **Balanço Social 2009 – Sicredi Alto Uruguai RS/SC.** Rodeio Bonito, 2010.

_____. **Balanço Social 2010 – Sicredi Alto Uruguai RS/SC.** Rodeio Bonito, 2011.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social e o Relatório da Sustentabilidade.** São Paulo: Atlas, 2010.

_____; MORAES, Pérsio Belluomini; PELEIAS, I. Ricardo; CLARO, José A. C. Santos; JOÃO, B. do Nascimento. **Estudo sobre a carga tributária de empresas brasileiras através da demonstração do valor adicionado (DVA)- período de 2005 a 2007.** Rev. Ciênc. Admin., Fortaleza, v.17, n.1, p. 84-111, jan/abr. 2011.

YOSHITAKE, Mariano; TINOCO, João E.P., FRAGA, Marinette. **Desafios às Sociedades Cooperativas: Análise de ativos intangíveis.** Anais do XIII Semead, Seminários em Administração, FEA/USP, São Paulo, setembro de 2010.